

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, abril de 2014, número 76. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

A Questão Indígena em Mato Grosso: tensões e conflitos

ARTIGO DO MÊS

Estrangeirização de terras no Brasil: uma visão através da Geopolítica da Questão Agrária

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

VI Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais
“Por que a Reforma Agrária continua atual e necessária?”

UNIARA/Araraquara – São Paulo, 28 a 31 de maio de 2014

Projeto de Extensão UEG/MEC - PROEXT

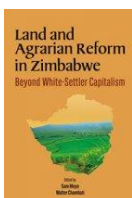
“I Seminário de Educação no/do Campo do Município de Formosa”

UEG/Formosa – Goiás, 29 e 30 de maio de 2014

VII Congresso Brasileiro de Geógrafos - CBG

UFES/Vitória – Espírito Santo, 10 a 16 de agosto de 2014

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Land and Agrarian Reform in Zimbabwe: Beyond White-Settler Capitalism.
Orgs: Sam Moyo e Walter Chambati.

Este livro é um produto do Grupo de Trabalho Nacional CODESRIA sobre o Zimbábue. O Programa Fast Track de Reforma Agrária, implementado durante a década de 2000 no Zimbábue, representa a única instância de reformas agrárias redistributivas radicais desde o fim da Guerra Fria. Ele inverteu a estrutura agrária do país.



Eles voltam.

Direção: Marcelo Lordello.

Cris, 12 anos, e seu irmão mais velho são deixados na beira da estrada por seus pais. Em pouco tempo percebem que o castigo vem a se tornar um desafio ainda maior. Em cartaz em Recife (Cinema da Fundaj), Rio de Janeiro (Estação Botafogo e Ponto Cine), Belo Horizonte (Cine 104) e em São Paulo (CineSesc).

Trailer:

<http://www.youtube.com/watch?v=HMwCKU8SdiQ>

PodCast Unesp – Pod Territorial

Autores: Vários



O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento

Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>

APOIO

Editoração: Danilo V. Pereira, Karin G. S. M. de Souza (bolsista PIBIT/CNPq) e Hugo A. Alves (bolsista PROEX). Revisão: Tiago E. A. Cubas, Leandro N. Ribeiro, Ana Lúcia Teixeira (bolsista ATP/CNPq), Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP), Lara C. Dalpério (bolsista CAPES) e Rodrigo S. Camacho.
Coordenação: Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP) e Valmir José de Oliveira Valério (bolsista CNPq).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

A QUESTÃO INDÍGENA EM MATO GROSSO: TENSÕES E CONFLITOS

Onélia Carmem Rossetto

Departamento de Geografia/UFMT; Coordenadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT; Coordenadora do Dataluta Mato Grosso.
carmemrossetto@gmail.com

Eduardo Paulon Girardi

Departamento de Geografia/ Unesp – *Campus* de Presidente Prudente; Vice-líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA (Unesp) e pesquisador do Grupo de Pesquisas Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT/Projeto Dataluta Mato Grosso.
epgirardi@me.com

Giseli Dalla Nora

Departamento de Geografia/UFMT; Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT/ Projeto Dataluta Mato Grosso.
giseli.nora@gmail.com

Kelly Cristina Carvalho

Mestre em Geografia – PPGEQ/UFMT; Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT/ Projeto Dataluta Mato Grosso.
kellygeografa@gmail.com

Gabriella Matos Santiago

Graduanda do Curso de Bacharelado em Geografia/UFMT; Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT/ Projeto Dataluta Mato Grosso. gsantiagom@gmail.com

Hugo Vilela Lemos

Graduando do Curso de Bacharelado em Geografia/UFMT; Pesquisador do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT/ Projeto Dataluta Mato Grosso. hugovilelalemos@gmail.com

Os povos indígenas do Brasil vivenciam constantes movimentos de diáspora decorrentes da expulsão das terras pertencentes aos seus ancestrais e da busca incessante por um *lugar* no mundo globalizado. Compelidos a ingressar no modelo capitalista de produção, se assemelham aos camponeses na medida em que sofrem as mesmas formas de subordinação utilizadas para a proletarianização. Assim, dentro da lógica de acumulação capitalista, os conhecimentos e a cultura tradicional são paulatinamente substituídos pelos valores e necessidades do *outro* em um constante processo de genocídio que perdura desde os primórdios da colonização das Américas.

Vergés (2011) ao discutir a problemática camponesa no México, aponta para o surgimento de um perfil caracterizado pela pluralidade, mais valorizada que a “[...] uniformidade seja conceitual ou política. Desta forma, há camponeses clássicos, associativos, originários, neorrurais, polifônicos, intermitentes, virtuais, nômades, exilados, multinacionais e vocacionais [aqueles que ainda não o são, mas desejam ser]. (Op.cit.p.15).

No Brasil, o Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizou a população indígena com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e, para os residentes em Terras Indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas, revelando que no país, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se

consideravam indígenas, 572 mil ou 63,8 %, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5 %, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas.

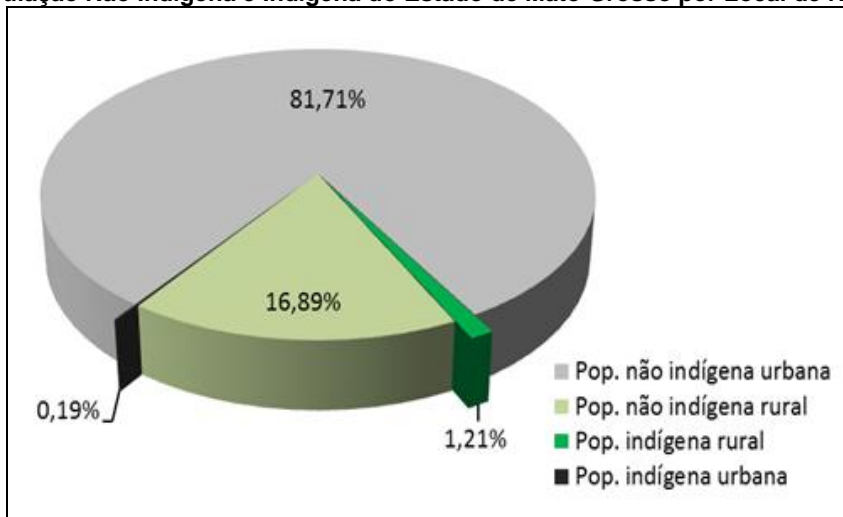
Segundo o Instituto Socioambiental (ISA) existem 691 terras indígenas no país que ocupam cerca de 12% do território brasileiro e destas, 18 Terras Indígenas foram homologadas até 2013, sendo que 10 estão localizadas na Amazônia Legal que compreende os Estados de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, Pará, Maranhão e Tocantins.

A Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral – SEPLAN/MT registra que o Estado de Mato Grosso possui 71 terras indígenas que ocupam uma extensão territorial de 14.818.222,53 ha, o que representa, aproximadamente, 16,41% da área total do Estado. Da mesma forma, os dados quantitativos revelam que o Estado de Mato Grosso possui uma área de 903.357,91 Km², que equivale a 90.335.791 hectares, destes 47.805.514 ha são utilizados por propriedades agropecuárias, o que corresponde a 52,92 % do território mato-grossense.

O Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2009) coloca que a referida área é ocupada por 86.167 estabelecimentos de agricultura familiar camponesa em 4.884.212 ha e por 26.811 estabelecimentos não-familiares distribuídos em um espaço de 42.921.302 ha. Estes indicadores remetem à necessária observância que, a maior parte do território mato-grossense é ocupada por propriedades com área acima de 4 módulos fiscais considerados não-familiares, utilizados principalmente para o cultivo da soja e do algodão em grandes áreas monocultoras integradas a agropecuária moderna, também denominada de agronegócio, como correlato, a convivência entre os índios e não-índios se caracteriza por tensões e conflitos evidenciados pelos registros realizados no âmbito do projeto *Banco de Dados da Luta pela Terra – Dataluta Mato Grosso* no ano de 2013 onde, do total de 57 manifestações e 3 ocupações, 38,33% estão relacionadas a povos indígenas. Com base neste indicador, o presente artigo tem como objetivo caracterizar a questão indígena no Estado de Mato Grosso e desvelar aspectos de resiliência frente a diáspora vivenciada no contexto da questão agrária contemporânea.

De maneira geral, o desenvolvimento econômico dos 141 municípios mato-grossenses, apoia-se no aumento internacional dos preços das *commodities* e, a perspectiva de ampliar as exportações brasileiras de produtos agropecuários vem impulsionando cultivos em extensas áreas monocultoras de soja, que avançam em direção à floresta amazônica e ao pantanal mato-grossense. Como correlato, observa-se uma redução de áreas de florestas e de pastagens naturais em estabelecimentos agropecuários e o aumento do volume de produção das lavouras temporárias e permanentes, ao evidenciar a consolidação da cadeia produtiva do agronegócio em todo o território mato-grossense, cujo modelo afeta decisivamente as 74 Comunidades Quilombolas (INCRA, 2013) reconhecidas ou em processo de reconhecimento; cerca de 4.338 pescadores profissionais artesanais (TOCANTINS *et al*, 2013); e as áreas de terras Indígenas.

Em 2010, o Estado de Mato Grosso contava com uma população de 3.033.991 habitantes, dos quais 1,21% eram populações indígenas rurais e 0,19% populações indígenas urbanas (Ver Gráfico 1). A pequena diferença percentual entre os locais de residência urbana e rural, resulta da expulsão dos indígenas de suas terras e, principalmente da organização do território pelos povos não-índios, processo marcado pela violência, trabalho compulsório e sujeição ao modelo capitalista.

Gráfico 1 - População Não Indígena e Indígena do Estado de Mato Grosso por Local de Residência - 2010

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Demográfico de 2010.

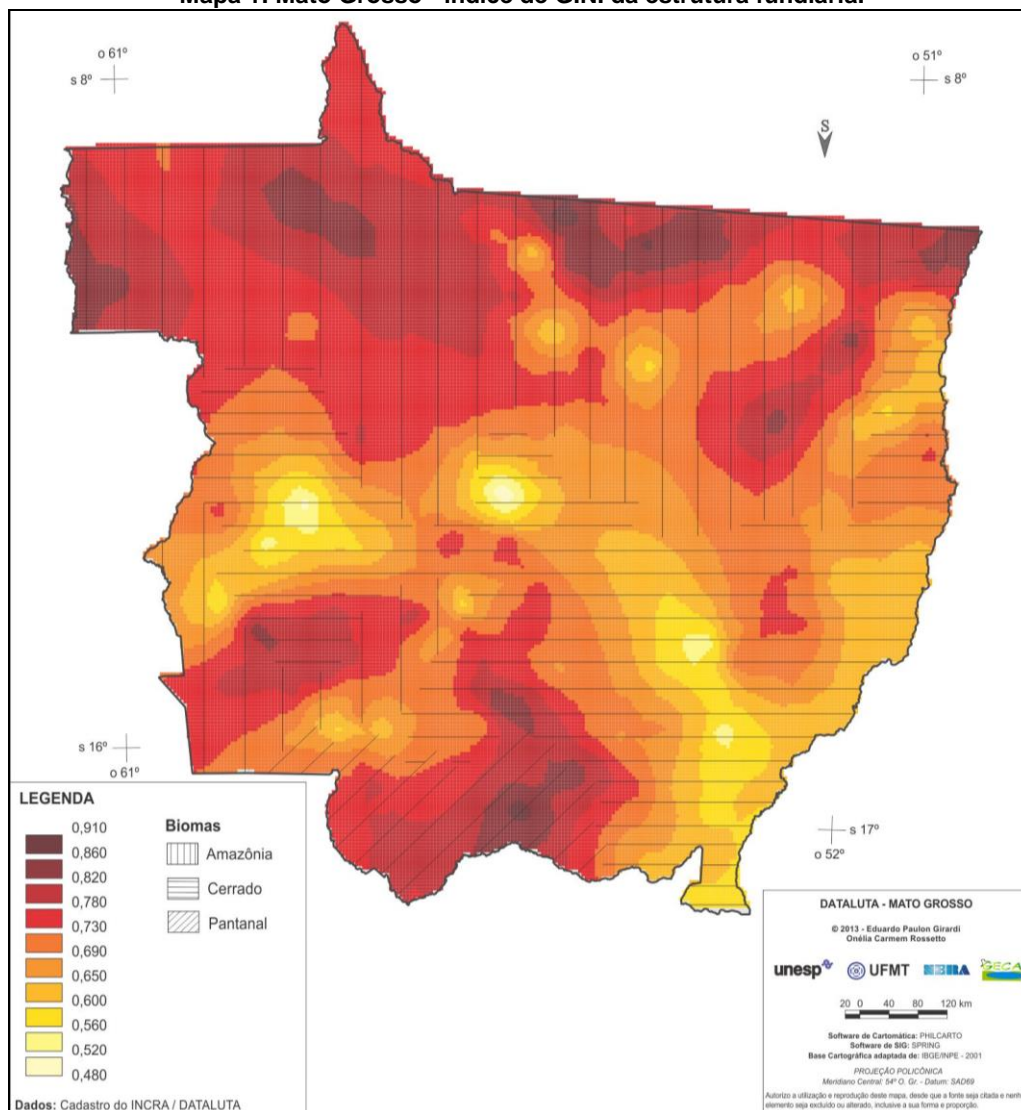
Org. Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT. Projeto *Banco de Dados da Luta pela Terra em Mato Grosso – Dataluta Mato Grosso/2013.*

A população indígena residente em áreas urbanas vivencia a mesma problemática dos trabalhadores proletarizados, sendo explorados como mão-de-obra barata pelos setores trabalhistas que exigem menor qualificação, morando nas áreas urbanas, passam a integrar os movimentos sociais do campo e da cidade em busca de melhores condições de vida. Os processos de etnocídio e genocídio desde o período colonial continuam em curso, atualmente a lógica está na inserção no modelo capitalista globalizado que fragiliza sobremaneira as identidades étnicas buscando tornar os povos homogêneos, inseridos na sociedade de consumo.

O êxodo da população indígena resulta da concentração fundiária em Mato Grosso. Tal processo foi se consolidando em cada ciclo econômico com o apoio do capital público e privado. A leitura do Mapa 2 permite constatar que as taxas mais elevadas de concentração da estrutura fundiária se estendem pelos três biomas presentes no Estado de Mato Grosso. No Bioma Amazônia destacam-se as Microrregiões de Aripuanã, Alta Floresta, Colíder, Norte Araguaia, Sinop e Paranatinga. Na transição Cerrado – Pantanal a elevada concentração de terras se destaca nas Microrregiões Tangará da Serra e do Alto Pantanal.

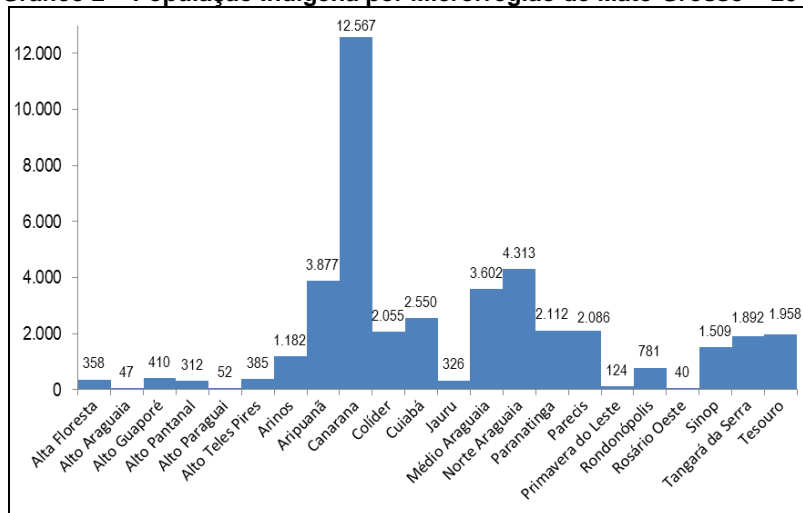
A Microrregião de Aripuanã se caracteriza pelo elevado índice de GINI da estrutura fundiária e por ocupar o 3º lugar em população Indígena do Estado de Mato Grosso com 3.877 habitantes. Entre as Microrregiões (MRH) os maiores percentuais de população indígena estão concentrados em Canarana, que abrange os municípios de Água Boa, Campinápolis, Canarana, Novo São Joaquim, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Querência e Santo Antônio do Leste totalizando 12.567 pessoas indígenas (Ver Gráfico 2).

Mapa 1: Mato Grosso - Índice de GINI da estrutura fundiária.



Fonte: Banco de Dados da Luta pela Terra em Mato Grosso – Dataluta Mato Grosso/2013
 Org. Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT.

Entre os 142 municípios do Estado, Campinápolis (MRH- Canarana) é o município que mais apresenta população indígena, em 2010 contava com população absoluta de 14.305 habitantes, dos quais 7.621 se autodeclararam indígenas, seguido de Barra do Garças (MRH do Médio Araguaia) com um total de 56.560 habitantes, dos quais 3.487 se consideravam indígenas, e de Gaúcha do Norte (MRH de Paranatinga), com um total de 6.293 habitantes, entre os quais 2.025 são indígenas. O município de Cuiabá, capital do Estado está em 4º lugar em população indígena, dos 551.098 habitantes, 1.644 se declararam indígenas (IBGE, 2010).

Gráfico 2 – População Indígena por Microrregião de Mato Grosso – 2010

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Org. Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT. Projeto Banco de Dados da Luta pela Terra em Mato Grosso – Dataluta Mato Grosso/2013.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é composto por três indicadores de desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda), variando de 0 a 1; quanto mais próximo de 1 melhor o IDHM. Os quatro municípios com maiores taxas de população indígena do Estado apresentam o IDHM, a saber: Barra do Garças (0,748) e Cuiabá (0,785) considerados altos; Gaúcha do Norte (0,615) considerado médio e Campinápolis (0,538) considerado baixo, ocupando o último lugar entre os 141 municípios mato-grossenses e o 5.339º lugar entre 5.565 municípios brasileiros (PNUD,2013).

Conclui-se que o município com maior população indígena do Estado de Mato Grosso é também o que apresenta as piores condições de vida para os seus habitantes. Em Campinápolis estão localizadas as Terras Indígenas (TIs) Chão Preto com 8.131,54 ha e Parabubure com 224.833,63 ha (este volume de hectares está também dividido entre os municípios de Nova Xavantina e Água Boa), ambas pertencentes a etnia Xavante com uma população absoluta de 3.413 habitantes (CAMARGO, 2011).

As implicações desta dinâmica levam a concentração de terras e a subordinação camponesa. Com isso, pequenos produtores rurais, pescadores artesanais, remanescentes de quilombos e os povos indígenas passam a ser sistematicamente expulsos de suas terras e/ou vivenciar situações de miserabilidade que impulsionam a organização social e as ações via movimentos socioterritoriais (QUADRO 1).

Quadro 01 - Mato Grosso – Movimentos Socioterritoriais e Municípios de Atuação 2000–2012

SIGLA	NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL	MUNICIPIOS
ASA	Associação Santo Antônio	Guiratinga
ASTECA	Associação Técnica de Cooperação Agrícola	Rondonópolis
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Jangada, Novo Mundo, Peixoto de Azevedo, Nova Guarita, Rosário Oeste
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Guiratinga, Itaúba, Jaciara, Rio Banco, Chapada dos Guimarães, Nova Mutum, Lucas do Rio Verde, Nova Guarita, Poxoréo, Santo Antônio do Leverger, Peixoto de Azevedo
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	Acorizal
MOVIMENTOS INDÍGENAS	Movimentos Indígenas	Nova Guarita, Diamantino, Nova Marilândia, Nova Maringá, Alto Boa Vista, Rondonópolis, Peixoto de Azevedo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Cáceres, Jaciara, Nova Olímpia, União do Sul, Cláudia, Sinop, Glória D'Oeste
MTA	Movimento dos Trabalhadores Assentados	Rondonópolis
MTA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados de Mato Grosso	Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis
MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais	Porto Alegre do Norte
OI	Organização Independente	Chapada dos Guimarães

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados de Luta pela Terra, 2013. www.fct.unesp.br/nera

Org. Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal – GECA/UFMT. Projeto Banco de Dados da Luta pela Terra em Mato Grosso – Dataluta Mato Grosso/2013.

Analisando as informações contidas no quadro, é possível constatar que os movimentos socioterritoriais atuam em todas as Mesorregiões do Estado, entretanto, os Movimentos Indígenas estão concentrados na Mesorregião Norte, nas seguintes Microrregiões (MRH): Parecis (município de Diamantino); Colíder (municípios de Nova Guarita e Peixoto de Azevedo); Arinos (município de Nova Maringá). Nessas localidades residem as etnias Paresi e Mentuktire e Menkrangnotí.

As questões envolvendo a garantia de espaços adequados para a manutenção e reprodução dos grupos indígenas tem sido o principal conflito registrado no ano de 2013. As reivindicações concernentes às melhorias nas condições de saúde e a desocupação das terras indígenas por posseiros vêm sendo os principais motivos das manifestações. A concentração em torno destas questões está diretamente ligada ao acentuado desinteresse do poder público em respeitar o direito do acesso a terra pelas populações indígenas, especialmente a partir da constituição de 1988, quando a temática passou a ter uma projeção nacional relevante.

De forma concomitante à compreensão do direito da população indígena aos seus territórios, verifica-se a ausência do Estado, tanto na proteção das áreas indígenas quanto no processo de desconcentração fundiária via reforma agrária, uma vez que centenas de famílias de trabalhadores rurais, desprovidos do acesso às políticas públicas passam a ocupar as terras pertencentes aos indígenas, contando inclusive com a anuência do poder público. Tal situação pode ser materializada na análise da situação vivenciada pelos índios e não índios que habitavam a Terra Indígena *Marãiwatsédé*, homologada no dia 11 de dezembro de 1998, com 165.241 ha estendendo-se pelos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia e Serra Nova Dourada, todos localizados na Microrregião Norte Araguaia, uma região marcada pelos conflitos fundiários entre os trabalhadores rurais e os latifundiários e empresas capitalistas, cuja mediação é realizada pela Igreja Católica, os sindicatos e as organizações de trabalhadores rurais, tais instituições contribuem para a legitimação dos direitos dos camponeses e fortalecem os movimentos de resistência.

Durante o processo de homologação da Terra Indígena *Marãiwatsédé* ocorreu a ocupação do território por pequenos posseiros, estimulados por grileiros e fazendeiros que contavam com o apoio de políticos locais e gestores públicos. Segundo a *Carta de Apoio ao Povo Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé*, foi divulgado via meios de comunicação um convite para os trabalhadores rurais sem terra, comumente pessoas simples, para ocupar a área identificada como indígena. Dessa forma, um fluxo migratório de camponeses passa a ocupar a TI em busca de melhores condições de vida, ao mesmo tempo em que grupos de latifundiários, aproveitando-se da situação, apropriam-se de grandes áreas em terras tidas como mais produtivas, sendo que as menos produtivas foram direcionadas aos pequenos produtores.

Com a instalação do processo de *desintrusão* da área, as famílias que se encontram dentro de *Marãiwatsédé* e que se enquadram no perfil de beneficiários da reforma agrária são as mais prejudicadas, haja vista que dependem da burocracia do poder público para serem reassentadas, enquanto que os latifundiários passam a gozar de políticas compensatórias estabelecidas pelo Estado.

Considerando, portanto, o elevado número de conflitos envolvendo grupos indígenas no período analisado, é possível correlacionar a redução dos territórios aos crimes ambientais cometidos para a instalação do latifúndio e do agronegócio, especialmente o desmatamento, a degradação das Áreas de Proteção Permanente (APPs) e a destruição da flora e fauna. Como correlato, o espaço de vida da população indígena é desestruturado, através da diminuição das áreas, fato que conduz ao confinamento da população ou a dispersão indígenas pelas áreas rurais e urbanas. Em ambos os casos, ocorrem perdas irreparáveis nos aspectos da cultura material e imaterial entre outras questões pertinentes às populações consideradas vulneráveis no contexto da sociedade brasileira. Assim, a luta pela melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população indígena está imbricada na luta pelo acesso e legalização das terras constantemente em confronto com o agronegócio.

Os conflitos socioterritoriais identificados evidenciam o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado de Mato Grosso onde grupos sociais, culturas e o meio ambiente sofrem impactos negativos gerados pela ação do agronegócio. No bojo desse processo, camponeses e comunidades tradicionais são expulsas de suas terras, indígenas perdem seus espaços sagrados em um permanente processo de disputas pela defesa de seus territórios. No entanto, é preciso considerar a resiliência dessas populações, desde o período colonial, como elemento determinante para a eficiência dos movimentos de luta e transformação da realidade social.

Referências

CAMARGO, Ligia. **Atlas de Mato Grosso: Abordagem Socioeconômico-ecológica**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2011.

Carta de Apoio ao Povo Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé. Disponível em: <<http://xa.yimg.com/kq/groups/24050672/1962837071/name/Carta+Apoio+-Maraiwats%C3%A9d%C3%A9.pdf>>. Acesso em: 05 abr 2013.

DATALUTA – **Banco de Dados da Luta pela Terra 2013**. Disponível em: <www.fct.unesp/nera>. Acesso em 07 mar.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>> . Acesso em 23 fev.2013.

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.** Rio de Janeiro, 2009.

Instituto Socioambiental – ISA. **Povos Indígenas no Brasil.** Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 02 mar 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – SEPLAN. **Mato Grosso em Números.** Disponível em: <<http://www.seplan.mt.gov.br/index.php/2013-05-10-18-15-57/2013-05-10-19-32-21/2013-05-10-19-39-12/2013>>. Acesso em: 05 mar 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Comunidades Quilombolas em Mato Grosso.** 2012. [s.n.t.].

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano 2013.** Disponível em: <http://www.pnud.org.br/IDH/Atlas2013.aspx?indiceAccordion=1&li=li_Atlas2013>. Acesso em: 05 mar. 2014.

TOCANTINS, Nely; ROSSETTO, Onélia Carmem; ALMEIDA, Marcia Ajala. **A Pesca Profissional Artesanal no Pantanal Norte Mato-Grossense –Brasil. Cuiabá.** Ed. do Autor, 2013.

VERGÉS, Armando Bartra. **Os Novos Camponeses:** Leituras a partir do México Profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.